

SUMÁRIO

PARTE I

PRESSUPOSTO

CAPÍTULO I

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB

41

1. Noções introdutórias e funções da LINDB	41
2. Vigor normativo	42
2.1. Princípio da Continuidade ou Permanência	47
2.2. Repristinação	51
3. Obrigatoriedade das normas	52
4. Integração normativa	54
4.1. Analogia	56
4.2. Costumes	57
4.3. Princípios Gerais do Direito	58
5. Interpretação normativa	59
6. Aplicação da lei no tempo ou direito intertemporal	61
6.1. Direito adquirido	62
6.2. Coisa julgada	62
6.3. Ato Jurídico Perfeito	64
7. Eficácia da lei no espaço ou direito espacial	65
7.1. Estatuto Pessoal	66
7.2. Sucessão do Estrangeiro	67
7.3. Bens	69
7.4. Obrigações Internacionais	69
7.5. Pessoas Jurídicas Internacionais	70
7.6. Competência e Meios Probatórios	70
7.7. Sentenças estrangeiras, cartas rogatórias, divórcios e laudos periciais estrangeiros podem ser cumpridos no Brasil?	71
8. Interpretação pelos agentes públicos	73

PARTE II**PARTE GERAL****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL..... 78**

1. Conceito	78
2. O Código Civil de 1916.....	78
3. O Código Civil de 2002.....	79
4. Eticidade, socialidade e operabilidade.....	80
4.1. A Eticidade	80
4.2. A Socialidade	81
4.3. A Operabilidade.....	81
5. Direito civil-constitucional	82

CAPÍTULO II**PESSOA FÍSICA, NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL..... 84**

1. Uma noção prévia: a personalidade jurídica	84
2. Pessoa física ou natural ou de existência visível: conceito	85
2.1. Aquisição da Personalidade Jurídica pela Pessoa Natural.....	87
2.2. O Nascituro	89
2.2.1. Hipóteses Legais de Tutela dos Direitos do Nascituro	90
2.3. Natimorto.....	92
2.4. Capacidade	93
2.4.1. Capacidade de direito	93
2.4.2. Capacidade de fato	93
2.4.3. Teoria das Incapacidades.....	94
2.4.3.1. Incapacidade absoluta.....	100
2.4.3.2. Incapacidade relativa.....	102
3. Emancipação.....	104
4. Estado da pessoa física.....	106
5. Extinção da pessoa física ou natural.....	107
5.1. Morte Real.....	107
5.2. Morte Presumida.....	107
5.2.1. Morte Presumida sem Declaração de Ausência.....	108
5.2.2. Com Procedimento de Ausência.....	108
5.3. Comoriência ou Morte Simultânea	111

CAPÍTULO III**PESSOA JURÍDICA 114**

1. Conceito	114
2. Natureza da pessoa jurídica e teorias explicativas.....	115

2.1.	Teoria Negativista.....	116
2.2.	Teorias Afirmativas.....	116
2.2.1.	Teoria da Ficção.....	116
2.2.2.	Teorias da Realidade	117
2.2.3.	Teoria da Realidade Técnica ou da Realidade Jurídica (Geny, Saleilles, Ferrara)	117
3.	Surgimento da pessoa jurídica. Aquisição da Personalidade Jurídica.....	118
4.	O que são entes despersonalizados?.....	119
5.	Princípio da separação ou independência ou autonomia	121
6.	Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica (“disregard doctrine” ou “disregard of legal entity”).....	122
6.1.	Disciplina no Código Civil	124
6.2.	Regras Específicas da Desconsideração nos Demais Ramos do Direito Brasileiro ...	129
6.3.	Observações Finais sobre a Desconsideração.....	131
6.4.	O Código de Processo Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica.....	133
7.	Representação da pessoa jurídica	135
8.	Classificação da pessoa jurídica.....	136
8.1.	Quanto à nacionalidade: Nacional ou Estrangeira	136
8.2.	Quanto à Atividade Executada ou Funções.....	137
8.2.1.	Pessoas Jurídicas de Direito Público	137
8.2.2.	Pessoas Jurídicas de Direito Privado	138
8.2.2.1.	Quanto à estrutura interna.....	139
8.2.2.1.1.	Corporações (<i>universitas personarum</i>).....	139
8.2.2.1.2.	Fundações (<i>universitas bonorum</i>).....	147
9.	Extinção da pessoa jurídica.....	150

CAPÍTULO IV

DIREITOS DA PERSONALIDADE 151

1.	Introdução	151
2.	Conceito	152
3.	Características	157
3.1.	Indisponíveis.....	157
3.2.	Absolutos	159
3.3.	Extrapatrimoniais.....	159
3.4.	Inatos.....	159
3.5.	Imprescritíveis.....	160
3.6.	Vitalícios.....	161
4.	Tutela processual	163
4.1.	Tutela Preventiva.....	163
4.2.	Tutela Repressiva.....	163

4.3.	Mecanismos Específicos de Tutela Aplicáveis aos Direitos da Personalidade.....	164
5.	Classificação.....	168
5.1.	Pilar da Integridade Física.....	169
5.2.	Integridade Psíquica ou Moral.....	184
5.2.1.	Imagem.....	184
5.2.2.	Vida Privada ou Privacidade.....	192
5.2.2.1	Proteção de Dados.....	195
5.2.3.	Honra.....	198
5.2.4.	Nome.....	199
5.3.	Integridade Intelectual.....	202
5.3.1.	A Distinção entre Direitos Autorais e Propriedade Industrial.....	203
5.3.2.	A Propriedade Industrial.....	205
5.3.3.	Direitos Autorais.....	205
6.	Direito da personalidade da pessoa jurídica.....	207

CAPÍTULO V

DOMICÍLIO..... 211

1.	Introdução, natureza jurídica e visão no Código Civil de 2002.....	211
2.	Domicílio da pessoa natural.....	213
2.1.	O Conceito.....	213
2.1.1.	Domicílio Pessoal.....	213
2.1.2.	Domicílio Profissional da Pessoa Natural.....	215
2.1.3.	Domicílio Aparente ou Ocasional.....	216
3.	Domicílio da pessoa jurídica.....	216
3.1.	O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Privado.....	216
3.2.	O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público.....	217
4.	Classificação do domicílio.....	218

CAPÍTULO VI

BENS JURÍDICOS..... 221

1.	Introdução.....	221
1.1.	Distinção entre bens e coisas.....	221
1.2.	Distinção entre patrimônio objetivo e subjetivo.....	222
1.3.	Conceito de bens jurídicos.....	223
2.	Classificação dos bens.....	223
2.1.	Bens considerados em si mesmos.....	224
2.1.1.	Imóveis.....	224
2.1.2.	Móveis.....	226
2.1.3.	Fungíveis e Infungíveis.....	227
2.1.4.	Consumíveis e Inconsumíveis.....	228
2.1.5.	Divisíveis e Indivisíveis.....	228

2.1.6. Singulares e Coletivos	228
2.2. Bens reciprocamente considerados.....	229
2.3. Bens públicos e particulares.....	233

CAPÍTULO VII

TEORIA DO FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO 236

1. Fato jurídico x fato material.....	236
1.1. Classificação dos fatos jurídicos.....	237
1.1.1. Fatos Naturais (ou Fato Jurídico em Sentido Estrito ou <i>stricto sensu</i>).....	237
1.1.2. Fatos Humanos ou Ato Jurídico.....	238
2. Negócios jurídicos	242
2.1. Plano de Existência	244
2.2. Plano de Validade.....	244
2.2.1. Teoria das Invalididades ou das Nulidades	248
2.2.2. Princípio da Conservação dos Atos e Negócios Jurídicos	257
2.3. Plano de Eficácia	260
3. Classificação	266
3.1. Quanto à declaração de vontade.....	266
3.2. Quanto ao benefício alcançado.....	267
3.3. Quanto à duração do Negócio.....	267
3.4. Quanto à Forma.....	268
3.5. Quanto à causa	268
3.6. Quanto ao alcance dos efeitos do negócio.....	269
4. Representação no negócio jurídico.....	269
4.1. Representação direta e indireta	269
4.2. Representação convencional e legal	270
4.3. Anulação por conflito de interesses.....	272
5. Defeitos ou vícios do Negócio Jurídico	273
5.1. Vícios de consentimento	274
5.2. Vícios Sociais	286
6. Negócios Jurídicos Processuais.....	296

CAPÍTULO VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 302

1. Noções introdutórias	302
2. Prescrição como ato-fato jurídico: conceito e requisitos	303
2.1. Normas gerais sobre a prescrição	309
2.2. Prazos prescricionais.....	313
2.3. Prescrição intercorrente	321
2.4. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.....	323
2.5. Lembretes finais sobre prescrição.....	330

2.6. Prescrição e institutos afins.....	331
3. Decadência (ou caducidade): conceito, objeto e efeitos.....	332
3.1. Importantes Observações Correlatas.....	334
4. Direito intertemporal.....	334
5. Diferenças entre Prescrição e Decadência.....	335

CAPÍTULO IX

PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO..... 337

1. Introito.....	337
2. Prova e forma: qual a relação jurídica entre os institutos?.....	338
3. Meios de prova: tratamento no Código Civil de 2002.....	340
4. Confissão.....	342
5. Documento.....	343
6. Testemunha.....	348
7. Presunções.....	350
8. Perícias.....	351

PARTE III

PARTE ESPECIAL

OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES..... 354

1. Conceito e processo obrigacional.....	354
2. Relações Patrimoniais.....	356
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real.....	361
3. Distinção dos Direitos da Personalidade.....	364
4. Terminologias Importantes.....	365
4.1. Dever Jurídico.....	365
4.2. Estado de Sujeição.....	366
4.3. Responsabilidade.....	367
4.4. Ônus Jurídico.....	367

CAPÍTULO II

ESTRUTURA OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO..... 368

1. Estrutura ou Elementos Constitutivos da Obrigação.....	368
1.1. Elemento Subjetivo ou Pessoal da Obrigação: Sujeitos da Relação Obrigacional....	368
1.2. Elemento Objetivo ou Material da Obrigação: A Prestação.....	370
1.3. Elemento Imaterial, Virtual ou Espiritual da Obrigação: Vínculo Jurídico.....	371

2.	A Causa nas Obrigações	375
3.	Fonte das Obrigações	375
3.1.	Fontes Históricas do Direito Romano	376
3.2.	Fontes Modernas das Obrigações	376
3.3.	Fontes Contemporâneas das Obrigações.....	377

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 379

1.	Nota Introdutória.....	379
2.	Classificação das Obrigações Consideradas em si Mesmo: Obrigações Morais, Civis e Naturais	379
3.	Classificação Quanto ao Objeto. Também Chamada de Classificação Básica das Obrigações	381
3.1.	Obrigações de Dar (<i>Obligatio Ad Dandum</i>)	381
3.1.1.	Obrigações de Dar Coisa Certa.....	382
3.1.2.	Obrigações de Dar Dinheiro (Pecuniária).....	385
3.1.3.	Obrigações de Dar Coisa Incerta ou Genérica.....	386
3.2.	Obrigações de Fazer (<i>Obligatio Ad Faciendum</i>)	387
3.3.	Obrigações de Não Fazer (<i>Obligatio Ad Non Faciendum</i>)	391
4.	Classificação Quanto à Presença dos Elementos Obrigacionais	393
4.1.	Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Objetos.....	393
4.2.	Obrigações Compostas Pela Multiplicidade de Sujeitos	395
5.	Classificação Quanto à Divisibilidade do Objeto.....	400
6.	Classificação Quanto ao Fim: Obrigações de Meio, Resultado e Garantia.....	402
7.	Classificação Quanto à Liquidez.....	404
8.	Classificação quanto à Presença do Elemento Acidental.....	405
9.	Classificação quanto à Dependência	406
10.	Classificação quanto ao Momento de Cumprimento	406

CAPÍTULO IV

DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO DIRETO) 408

1.	Nota Introdutória: Natureza Jurídica e Requisitos de Validade do Pagamento	408
2.	Elementos Subjetivos do Adimplemento.....	410
2.1.	Quem Deve Pagar (<i>solvens</i>)?	410
2.2.	A Quem Pagar (<i>accipiens</i>)?.....	413
3.	Elementos Objetivos do Pagamento	415
3.1.	Do Objeto do Pagamento	416
3.2.	Da Prova do Pagamento	419
3.3.	Do Lugar do Pagamento	421
3.4.	Do Tempo do Pagamento.....	422

CAPÍTULO V

AINDA SOBRE O ADIMPLEMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO INDIRETO)	424
1. Nota Introdutória.....	424
2. Consignação em Pagamento	425
2.1. Quando é possível o uso da Consignação em Pagamento?	425
2.2. Procedimento da Consignatória	428
2.2.1. Consignação Extrajudicial ou Bancária	428
2.2.2. Consignação Judicial em Pagamento.....	429
3. Imputação em Pagamento	431
4. Pagamento com Sub-rogação.....	433
5. Dação em Pagamento	436
6. Novação	438
6.1. Novação Objetiva ou Real.....	440
6.2. Novação Subjetiva ou Pessoal (Ativa, Passiva ou Mista)	440
6.3. Novação Mista	441
7. Compensação.....	441
8. Confusão.....	444
9. Remissão	445

CAPÍTULO VI

A CRISE DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA DO INADIMPLEMENTO	448
1. A Crise Obrigacional e a Dignidade da Pessoa Humana	448
1.1. A Superação da Prisão Civil e a Súmula Vinculante 25.....	449
1.2. Inadimplemento Absoluto x Inadimplemento Relativo	452
1.2.1. A Teoria da Substantial Performance e a Resolução por Inadimplemento	453
2. Mora.....	455
2.1. Mora do Devedor (<i>solvendi</i>)	456
2.2. Mora do Credor (<i>accipiendi</i>).....	456
2.3. Constituição em Mora	457
2.4. Purgação (emenda) da Mora.....	459
2.5. Violação Positiva do Contrato (adimplemento ruim ou insatisfatório).....	460
3. Juros.....	461
3.1. Juros de Mora	462
3.2. Juros Compensatórios	463
4. Cláusula Penal (multa contratual ou pena convencional)	465
5. Arras ou sinal.....	471

CAPÍTULO VII

TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	474
1. Introdução	474

2. Cessão de Crédito.....	475
3. Assunção de Dívida ou Cessão de Débito	481
4. Cessão de Posição Contratual	485

PARTE IV

PARTE ESPECIAL

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL..... 490

1. Introdução	490
2. A História da Responsabilidade Civil.....	491
2.1. Fase Pré-Romana.....	491
2.2. Fase Romana.....	492
2.3. Direito Francês.....	492
2.4. O Direito Português.....	493
2.5. O Direito Brasileiro.....	493
3. A Natureza Jurídica	494
4. Função	495
5. Fundamentos	495
6. A Culpa.....	496
7. Conceitos Básicos.....	496
7.1. Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral	497
7.2. A Responsabilidade Jurídica: Responsabilidade Civil e Penal	497
7.3. Responsabilidade Contratual e Extracontratual	499
7.4. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	500
7.5. Responsabilidade Civil Por Ato Lícito e Ilícito	501
7.6. A Responsabilidade Pressuposta	503

CAPÍTULO II

ELEMENTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL 504

1. Introdução	504
2. Conduta Humana	505
3. Dano ou Prejuízo	506
3.1. Requisitos Configuradores do Dano.....	508
3.2. O Dano Patrimonial ou Material	509
3.3. A Perda de uma Chance	512
3.4. O Dano Extrapatrimonial ou Imaterial	514
3.5. Dano Estético	522
3.6. Dano Reflexo, Oblíquo ou Ricochete.....	522

3.7.	Danos Coletivos, Difusos e Interesses Individuais Homogêneos	523
3.8.	Responsabilidade Civil Pela Perda do Tempo Livre ou Desvio Produtivo de Consumo.....	523
4.	Nexo de Causalidade	525
4.1.	Teoria da Equivalência das Condições ou do Histórico dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	526
4.2.	Teoria da Causalidade Adequada.....	526
4.3.	Teoria da Causalidade Direta ou Imediata	527
4.4.	Qual a Teoria Adotada pelo Código Civil?.....	528
4.5.	Concausas ou Concausalidade ou Causalidade Múltipla ou Causalidade Comum....	529

CAPÍTULO III

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL 532

1.	Conceito e Objeto de Estudo	532
2.	Estado de Necessidade.....	532
3.	Legítima Defesa.....	534
4.	Exercício Regular de Direito.....	536
5.	Caso Fortuito e Força Maior.....	538
6.	Culpa Exclusiva ou Fato Exclusivo da Vítima	541
7.	Fato de Terceiro.....	543
8.	Cláusula de não Indenizar	546

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA 549

1.	Responsabilidade Civil Subjetiva	549
1.1.	O Dolo e a Culpa.....	550
1.1.1.	Modalidades de Culpa	550
1.2.	As Hipóteses de Responsabilidade Civil Subjetiva	552
1.2.1.	Incapaz	552
1.2.2.	Credor de Dívida Não Vencida ou Já Paga (Cobrança Indevida)	554
1.2.3.	Homicídio e Incapacidade Laboral.....	555
1.2.4.	Ofensa à Saúde	557
1.2.5.	Usurpação ou Esbulho.....	560
1.2.6.	Injúria, Difamação ou Calúnia.....	560
1.2.7.	Ofensa à Liberdade Pessoal	562
2.	Responsabilidade Civil Objetiva.....	563
2.1.	O Advento da Teoria do Risco na Atual Codificação	565
2.2.	Hipóteses de Responsabilidade Civil Objetiva no Código	565
2.2.1.	A Responsabilidade Civil dos Empresários e das Empresas	565
2.2.2.	A Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro	567
2.2.3.	A Responsabilidade Civil por Fato do Animal e por Fato da Coisa.....	571
3.	A Lei Federal nº 13.188/15 e o Direito de Resposta	574
4.	Lei de Bullying (Lei Federal 13.185/15)	577

CAPÍTULO V

EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	579
1. Noções Gerais	579
2. A Relação de Trabalho	580
2.1. A Relação de Emprego	580
3. Desdobramentos Juslaborais da Responsabilidade Civil	582
3.1. Responsabilidade Civil do Empregador ou Comitente por Atos dos seus Empregados, Serviçais ou Prepostos.....	582
3.2. Responsabilidade Civil do Empregado, Serviçal ou Preposto em Face do Empregador ou Comitente.....	583
3.3. Responsabilidade Civil do Empregador por Dano ao Empregado (não pelo empregado).....	584
3.4. Responsabilidade Civil Decorrente de Acidente do Trabalho	584
3.5. Responsabilidade Civil em Relações Triangulares de Trabalho (Terceirização)	586
3.6. O Assédio Moral	587
4. Incapacidade Laboral e Pensionamento Ressarcitório.....	587

PARTE V**PARTE ESPECIAL****CONTRATOS****(TEORIA GERAL E CONTRATOS EM ESPÉCIE)****TEORIA GERAL DOS CONTRATOS****CAPÍTULO I**

O UNIVERSO DOS CONTRATOS	590
1. A Importância dos Contratos e a sua Evolução Histórica	590
2. O Conceito e a Natureza Jurídica dos Contratos. O Diálogo das Fontes.....	592
3. A Visão Geral dos Contratos no Código Civil	595
4. A Forma e a Prova dos Contratos.....	595

CAPÍTULO II

OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS.....	597
1. Introdução: O Estado Principiológico	597
2. Princípio da Autonomia. Da Autonomia da Vontade à Autonomia Privada	598
3. Princípio do Relativismo ou da Relatividade dos Efeitos do Contrato.....	604
3.1. Estipulação em Favor de Terceiros ou Contrato em Favor de Terceiro.....	606
3.2. Promessa de Fato de Terceiro, Contrato por Terceiro ou Contrato por Outrem	610
3.3. Contrato com Pessoa a Declarar ou a Nomear.....	613
3.4. Contrato com Eficácia Protetiva para Terceiros e Teoria do Contrato Social	615

4.	Princípio da Força Obrigatória, Intangibilidade ou Força Vinculante dos Contratos. O <i>Pacta Sunt Servanda</i>	616
4.1.	Teoria da Imprevisão e Análise da Onerosidade Excessiva.....	617
5.	Princípio da Boa-Fé.....	626
5.1.	Conceitos Parcelares da Boa-Fé Objetiva.....	634
5.1.1.	<i>Nemo Potest Venire Contra Factum Proprium</i> . A Proibição do Comportamento Contraditório.....	634
5.1.2.	<i>Supressio e Surrectio</i>	636
5.1.3.	<i>Tu Quoque</i>	638
5.1.4.	<i>Exceptio doli</i>	639
5.1.5.	Cláusula de Stoppel ou de Estoppel.....	640
5.1.6.	<i>Duty to Mitigate the Own Loss</i>	640
5.1.7.	<i>Narchfrist</i>	641
6.	Princípio da Função Social dos Contratos. A Tutela Interna e Externa do Crédito.....	642
7.	Princípio da Equivalência Material ou da Justiça Contratual.....	650

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO DOS CONTRATOS..... 653

1.	A Importância dos Contratos e a sua Evolução Histórica.....	653
2.	Tratativas, Negociações Preliminares ou Fase de Pontuação (<i>Pontuazione</i>).....	654
3.	Proposta, Oferta ou Policitação.....	657
4.	Aceitação ou Oblação.....	664

CAPÍTULO IV

A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS..... 669

1.	Noções Introdutórias.....	669
2.	Regras de Interpretação.....	670
3.	A Interpretação dos Contratos de Adesão.....	675

CAPÍTULO V

CONTRATO PRELIMINAR..... 678

1.	Introdução, Conceito e Natureza Jurídica.....	678
2.	Disciplina Jurídica no Vigente Código Civil.....	680
3.	Classificação do Contrato Preliminar.....	683
4.	É Possível a Promessa de Doação?.....	684
5.	A Promessa de Compra e Venda de Imóveis e o Direito Real de Aquisição.....	689

CAPÍTULO VI

VÍCIOS REDIBITÓRIOS..... 698

1.	Conceito e Elementos Caracterizadores.....	698
2.	Tutela Jurídica do Lesado.....	702

CAPÍTULO VII

EVICÇÃO	708
1. Conceito, Fundamento e Personagens	708
2. Requisitos Configuradores da Evicção	709
3. Direitos do Evicto	716
4. Como Exercitar a Prerrogativa da Evicção?	720

CAPÍTULO VIII

A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (<i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>).....	724
1. Introdução, Conceito e Natureza Jurídica.....	724
2. Elementos Caracterizadores.....	727
3. Restrição da Aplicação do Instituto.....	728
4. Exceção de Reforço de Garantia	730

CAPÍTULO IX

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	733
1. Introdução	733
2. Sistematização do Tema.....	734
3. Extinção Natural (Normal) dos Contratos.....	734
4. Extinção Anormal dos Contratos.....	735
4.1. Extinção Anormal por Causa Anterior ou Contemporânea à Formação do Contrato.....	735
4.2. Extinção Anormal por Causa Superveniente à Formação dos Contratos.....	739
4.2.1. Resilição	739
4.2.2. Resolução	745
4.2.3. Rescisão	752
4.2.4. O Distrato Imobiliário.....	753

CAPÍTULO X

O DIREITO INTERTEMPORAL E OS CONTRATOS.....	761
--	------------

PARTE VI**PARTE ESPECIAL****CONTRATOS EM ESPÉCIE****CAPÍTULO I**

COMPRA E VENDA	768
1. Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica.....	768
2. Elementos da Compra e Venda.....	771

2.1.	Consentimento	771
2.1.1.	Venda de Ascendente para Descendente.....	772
2.1.2.	Venda de Imóvel por Pessoa Casada: Outorga Conjugal.....	774
2.1.3.	Venda entre cônjuges	778
2.1.4.	Venda de Bem Condominial e Venda de Fração Ideal de Condomínio....	779
2.1.5.	Nulidade da Venda Realizada por Administrador de Bens Alheios.....	781
2.2.	Preço.....	782
2.3.	Coisa.....	785
3.	Efeitos Principais da Compra e Venda	786
3.1.	Vícios Redibitórios.....	787
3.2.	Perda ou Deterioração da Coisa.....	787
3.3.	Despesas com a Tradição e com o Registro Civil.....	788
4.	Situações Especiais de Compra e Venda.....	789
4.1.	Venda por Amostras	789
4.2.	Venda <i>ad corpus</i> e Venda <i>ad mensuram</i>	790
5.	Cláusulas Especiais (Adjetas) na Compra e Venda.....	791
5.1.	Retrovenda.....	791
5.2.	Venda à Contento e Venda Sujeita à Prova	793
5.3.	Preempção ou Preferência Convencional.....	794
5.4.	Venda com Reserva de Domínio	795
5.5.	Venda sobre Documentos.....	796
5.6.	Venda de Coisas Conjuntas.....	796

CAPÍTULO II

TROCA OU PERMUTA (ESCAMBO, BARGANHA OU PERMUTAÇÃO) 798

1.	Conceito, Classificação e Natureza Jurídica	798
2.	Sujeitos e Objeto	799
3.	Regime Jurídico: Aplicação Subsidiária das Normas da Compra e Venda	799

CAPÍTULO III

CONTRATO ESTIMATÓRIO 802

1.	Conceito e Histórico	802
2.	Modalidade Obrigacional: Obrigação Alternativa ou Facultativa?	806
3.	Características	808
4.	Regras Específicas.....	809

CAPÍTULO IV

DOAÇÃO 814

1.	Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	814
1.1.	O Problema da Aceitação	816
2.	Objeto da Doação	817
3.	Promessa de Doação.....	818

4.	Espécies de Doação	819
5.	Restrições Legais.....	830
6.	Da Extinção do Contrato de Doação: Hipóteses Gerais e Hipóteses Específicas.....	831
6.1.	Revogação por Descumprimento de Encargo	831
6.2.	Revogação por Ingratidão do Donatário	832

CAPÍTULO V

LOCAÇÃO DE COISAS 834

1.	Nota Introdutória: Conceito, Elementos e Natureza Jurídica	834
2.	Obrigações do Locador.....	836
3.	Obrigações do Locatário.....	839
4.	Locação por Tempo Determinado	840
5.	A Alienação do Bem Durante a Locação	842
6.	A Morte dos Contratantes	843
7.	Legislação Extravagante: Locação de Imóveis Urbanos.....	844
7.1.	Incidência da Norma.....	844
7.2.	A Solidariedade e a Sublocação.....	846
7.3.	O Prazo de Vigência do Contrato e a Vênia Conjugal.....	846
7.4.	As Hipóteses de Desfazimento do Contrato e as Situações em que o Contrato não será Extinto.....	846
7.5.	O Aluguel	847
7.6.	Obrigações do Locador	848
7.7.	Obrigações do Locatário.....	848
7.8.	Direito de Preferência.....	851
7.9.	As Benfeitorias	852
7.10.	Garantias Locatícias	852
7.11.	Penalidades Criminais e Cíveis.....	853
7.12.	Locação Residencial	853
7.13.	Locação para Temporada.....	854
7.14.	Locação não Residencial. A Renovação Compulsória.....	854
7.15.	Aspectos Processuais.....	857
8.	Extinção da Locação.....	862

CAPÍTULO VI

EMPRÉSTIMO..... 864

1.	Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	864
2.	Do Comodato e seu Regime Jurídico.....	865
2.1.	Caracteres do Contrato de Comodato	869
2.2.	Dos Direitos e Deveres do Comodatário	870
2.3.	Dos Direitos e Deveres do Comodante	871
2.4.	Extinção do Comodato	871
3.	Do Mútuo e do seu Regime Jurídico	872

3.1. Mútuo Feneratício (Oneroso).....	872
3.2. Extinção do Mútuo.....	873

CAPÍTULO XVIII

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS..... 874

1. Nota Introdutória: Direito do Trabalho x Direito Civil. O Art. 114 da CF e o Art. 593 do CC. Conceito e Natureza Jurídica da Prestação de Serviço.....	874
2. O Objeto da Prestação de Serviço.....	875
3. A Forma e a Assinatura a Rogo.....	876
4. A Retribuição (Remuneração, Preço, Honorários, Soldadas ou Salário): Fixação e Momento do Pagamento.....	876
5. A Duração do Contrato e a Possibilidade de Renovação.....	878
6. A Extinção do Contrato.....	879

CAPÍTULO VIII

EMPREITADA..... 882

1. Nota Introdutória. Conceito, Sujeitos e Natureza Jurídica da Empreitada.....	882
2. Modalidades de Empreitada.....	884
2.1. Empreitada de Trabalho.....	885
2.2. Empreitada Mista ou de Materiais.....	886
2.3. Empreitada por Administração.....	886
2.4. <i>Engineering</i>	886
3. A Conclusão da Obra e a Responsabilidade Civil.....	887
4. Do Preço da Empreitada.....	889
5. Extinção da Empreitada.....	891

CAPÍTULO IX

MANDATO..... 893

1. Nota Introdutória: Conceito, Natureza Jurídica e Diferença entre Mandato e Procuração.....	893
2. Mandato Expresso x Mandato Tácito.....	895
3. Classificação.....	896
3.1. Quanto à Origem: Mandato Legal, Judicial e Convencional.....	896
3.2. Quanto à Remuneração.....	897
3.3. Quanto aos Sujeitos.....	897
3.4. Quanto à Forma.....	898
3.5. Quanto aos Poderes: Geral e Especial.....	899
4. O Mandato no Plano da Eficácia.....	899
4.1. Atos Praticados por quem não tenha Mandato.....	900
4.2. Os Atos Praticados pelo Mandatário em Nome Próprio (e não em Nome do Mandante).....	900
4.3. O Direito de Retenção.....	900
4.4. O Exercício em Excesso dos Poderes do Mandato.....	901

4.5. A Legitimação para Celebrar Mandato	901
4.6. Substabelecimento.....	901
5. Mandato Judicial.....	902
6. Das Obrigações do Mandatário	904
7. Das Obrigações do Mandante	905
8. Irrevogabilidade do Mandato.....	906
8.1. A Irrevogabilidade Relativa ou Mitigada pela Autonomia Privada.....	907
8.2. A Irrevogabilidade Absoluta ou Imposta por Norma de Ordem Pública	907
9. Da Extinção do Mandato	908

CAPÍTULO X

COMISSÃO 910

1. Histórico e Conceito	910
2. Remuneração	911
3. Diferenciações Relevantes.....	912
3.1. Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Mandato	912
3.2. Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Agência e Distribuição	913
3.3. Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Corretagem.....	913
3.4. Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato Estimatório.....	913
3.5. Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Franquia	913
4. Direitos e Deveres do Comissário	914
5. Direitos e Deveres do Comitente.....	917
6. Extinção	917

CAPÍTULO XI

AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO 919

1. Histórico e Conceito	919
2. Traços Marcantes do Contrato de Agência.....	922
3. Traços Marcantes do Contrato de Distribuição.....	923
4. Remuneração	923
5. Extinção do Contrato.....	926

CAPÍTULO XII

CORRETAGEM..... 928

1. Histórico e Conceito	928
2. Sujeitos do Contrato de Corretagem.....	929
3. Características do Contrato de Corretagem	931
4. Direitos e Deveres do Corretor	933
5. Remuneração do Corretor	935
6. Extinção do Contrato de Corretagem.....	939

CAPÍTULO XIII**TRANSPORTE 940**

1. Introdução: Histórico e Importância do Tema	940
2. Conceito e Natureza Jurídica	941
3. Espécies de Transporte	945
4. Disposições Gerais do Contrato de Transporte	946
5. Transporte de Pessoas	948
6. Transporte de Coisas ou de Mercadorias	957
7. Direitos e Deveres do Transportador	960
8. Direitos e Deveres do Passageiro	961

CAPÍTULO XIV**CONSTITUIÇÃO DE RENDA..... 962**

1. Conceito	962
2. Características	963
3. Da Vigência da Constituição de Renda.....	964
4. Um Específico Regramento de Nulidade	965
5. Do Direito e Obrigações dos Contratantes	965
6. Hipóteses de Extinção	966

CAPÍTULO XV**FIANÇA 967**

1. Notas Introdutórias: Conceito e Características	967
2. Espécies de Fiança	972
3. Requisitos Subjetivos e Objetivos da Fiança Convencional	973
4. Efeitos da Fiança	976
4.1. Benefício de Ordem ou Excussão	976
4.2. Fiança Conjunta – Também Chamada de Coletiva ou Cofiança – e o Benefício de Divisão.....	977
4.3. Sub-rogação Legal	978
4.4. Direito de Execução do Fiador em Virtude de Credor Desidioso.....	979
5. Extinção ou Exoneração da Fiança.....	979

CAPÍTULO XVI**DA TRANSAÇÃO 984**

1. Conceito e características.....	984
2. Regime jurídico e espécies	984
3. Extinção	985

CAPÍTULO XVII**DO COMPROMISSO 986**

1. Conceito e características.....	986
------------------------------------	-----

2. Regime jurídico.....	986
3. Da extinção.....	987

CAPÍTULO XVIII

DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA..... 988

1. Conceito e características.....	988
2. O agente de garantia.....	990
3. Da extinção.....	990

PARTE VII

PARTE ESPECIAL

REAIS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AOS DIREITOS REAIS..... 992

1. A Constitucionalização dos Direitos Reais e o seu Conceito.....	992
2. Relações Patrimoniais: Direitos Reais x Direitos Obrigacionais.....	995
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real.....	998
2.2. Distinção entre Direitos Obrigacionais, Reais e da Personalidade.....	1001
3. A Classificação dos Direitos Reais.....	1002

CAPÍTULO II

POSSE..... 1004

1. Nota Introdutória. Por que Proteger a Posse?.....	1004
2. Teorias Explicativas.....	1005
3. Mas Afinal, O Que é a Posse?.....	1007
4. Posse <i>versus</i> Detenção.....	1011
5. A Aquisição da Posse.....	1013
6. A Perda da Posse.....	1016
7. Classificação da Posse.....	1017
7.1. Posse Direta <i>versus</i> Posse Indireta. Os Desdobramentos da Posse.....	1017
7.2. Composse ou compossessão.....	1018
7.3. Posse Justa <i>versus</i> Posse Injusta. Vícios Objetivos da Posse.....	1020
7.4. Posse de Boa-fé <i>versus</i> Posse de Má-fé. Vícios Subjetivos da Posse.....	1021
7.4.1. Consequências da Boa-Fé e da Má-Fé da Posse (Efeitos da Posse).....	1022
7.5. Posse Nova e Posse Velha.....	1025
7.6. Posse Natural e Posse Civil ou Jurídica.....	1026
7.7. Posse <i>ad interdicta</i> e Posse <i>ad usucapionem</i>	1026
8. A Tutela Dinâmica ou Jurisdicional da Posse. Ações Possessórias.....	1026

8.1.	Uma Medida Prévia: A Legítima Defesa da Posse e o Desforço <i>Incontinenti</i>	1027
8.2.	As Possessórias em Sentido Estrito: Reintegração da Posse, Manutenção da Posse e Interdito Proibitório.....	1028
8.3.	Notícias Processuais sobre as Possessórias em Sentido Estrito.....	1030
8.4.	Ações Possessórias em Sentido Amplo	1033

CAPÍTULO III

PROPRIEDADE..... 1044

1.	Breve Evolução Histórica.....	1044
2.	Teorias Explicativas do Surgimento da Propriedade	1046
3.	A Função Social da Propriedade	1047
4.	Conceito. Afinal, O que é a Propriedade?	1050
5.	Extensão e Caracteres	1052
6.	Descoberta	1053
7.	Modalidades.....	1054
7.1.	Propriedade Resolúvel.....	1054
7.1.1.	Propriedade Resolúvel Fiduciária	1056
7.2.	Propriedade Aparente.....	1059
8.	Formas de Aquisição da Propriedade Imóvel.....	1059
8.1.	Acessões Naturais e Artificiais.....	1060
8.2.	Aquisição pela Usucapião de Bem Imóvel.....	1063
8.3.	Aquisição do Bem Imóvel pelo Registro do Título.....	1083
8.4.	A Promessa de Compra e Venda de Imóvel e o Direito Real de Aquisição da Propriedade do Promitente Comprador: Compromisso Irretratável de Compra e Venda de Imóveis	1086
9.	Formas de Aquisição da Propriedade Móvel (arts. 1.260/1.274, CC).....	1094
10.	A perda da propriedade (arts. 1.275 e 1.276, CC)	1099
11.	Responsabilidade civil do proprietário	1101
12.	Aspectos Processuais: A Tutela Jurídica da Propriedade	1101

CAPÍTULO IV

CONDOMÍNIO..... 1103

1.	Notas Introdutórias: Pluralidade de Sujeitos e Unicidade de Objeto	1103
1.1.	Espécies ou Modalidades de Condomínio	1105
1.1.1.	Condomínio Geral (Comum ou Tradicional). Modalidade Voluntária	1106
1.1.2.	Condomínio Edifício ou por Unidades Autônomas	1114
1.1.3.	Condomínio de Lotes	1132
1.1.4.	O <i>Time-Sharing</i> ou a Multipropriedade Imobiliária	1134
1.1.5.	O Fundo de Investimento.....	1140

CAPÍTULO V

DIREITO DE VIZINHANÇA..... 1142

1.	Visão Geral do Direito de Vizinhança no Código Civil	1142
----	--	------

2.	Conceito do Direito de Vizinhança	1145
2.1.	A Vedação ao Uso Anormal da Propriedade.....	1145
2.2.	Árvores Limítrofes.....	1147
2.3.	Passagem Forçada e Passagem de Cabos e Tubulações	1148
2.4.	Das Águas	1150
2.5.	Dos Limites entre os Prédios: Direito de Tapagem.....	1152
2.6.	Direito de Construir	1155

CAPÍTULO VI

DIREITOS REAIS DE GOZO E FRUIÇÃO NA COISA ALHEIA 1158

1.	Nota Introdutória.....	1158
2.	Do Direito de Superfície.....	1159
3.	Do Direito Real de laje.....	1163
4.	Das Servidões	1167
4.1.	Classificação das Servidões	1167
4.2.	Forma de Constituição das Servidões	1169
4.3.	Do Exercício das Servidões.....	1170
4.4.	Da Extinção das Servidões.....	1171
5.	Do Usufruto.....	1172
5.1.	Formas de Constituição.....	1172
5.2.	Características do Usufruto	1174
5.3.	Direitos e Deveres do Usufrutuário	1175
5.4.	Usufruto de Título de Crédito.....	1177
5.5.	Usufruto sobre Rebanho	1177
5.6.	A Extinção do Usufruto	1178
6.	Do Uso	1180
7.	Da Habitação.....	1182

CAPÍTULO VII

DIREITOS REAIS DE GARANTIA 1185

1.	Noções Introdutórias. Teoria Geral.....	1185
2.	Caracteres dos Direitos Reais de Garantia.....	1186
3.	Requisitos dos Direitos Reais de Garantia.....	1188
4.	Princípios Específicos dos Direitos Reais de Garantia	1190
5.	Do Penhor.....	1191
5.1.	Direitos do Credor Pignoratício	1193
5.2.	Deveres do Credor Pignoratício.....	1193
5.3.	Modalidades de Penhor Especiais	1195
5.3.1.	Penhor Rural	1195
5.3.2.	Penhor Industrial e Mercantil	1197
5.3.3.	Penhor de Direitos e Títulos de Créditos.....	1198

5.3.4.	Penhor de Veículos.....	1200
5.3.5.	Penhor Legal.....	1201
5.4.	Da Extinção do Penhor	1203
6.	Hipoteca	1204
6.1.	Modalidades de Hipoteca.....	1207
6.1.1.	Hipoteca Convencional	1207
6.1.2.	Hipoteca Legal.....	1208
6.1.3.	Hipoteca Judiciária	1209
6.1.4.	Hipotecas Especiais de Navios e Aeronaves	1209
6.1.5.	Hipoteca Cedular	1209
6.2.	Remição da Hipoteca.....	1210
6.3.	Extinção da Hipoteca.....	1210
7.	Anticrese	1211

PARTE VIII

PARTE ESPECIAL

FAMÍLIAS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS FAMÍLIAS 1214

1.	Conceito Dinamizado pela Perspectiva Histórico-Axiológica.....	1214
1.1.	Qual a Natureza Jurídica da Família? Seria Pessoa Jurídica?	1216
2.	A Família e a Teoria da Irradiação. A Constitucionalização do Direito das Famílias.....	1216
3.	Princípios do Direito das Famílias	1218
3.1.	Afetividade.....	1219
3.1.1.	Teoria do Desamor ou a Tese do Abandono Paterno Filial.....	1222
3.1.2.	Repercussões Infraconstitucionais do Princípio do Afeto. Em Especial: A Síndrome da Alienação Parental	1225
3.2.	Pluralismo das Entidades Familiares	1229
3.3.	Solidariedade Familiar.....	1231
3.4.	Igualdade entre os Consortes.....	1233
3.5.	Melhor Interesse.....	1234
3.6.	Proteção à pessoa idosa.....	1236
3.7.	Isonomia Filial	1237
3.8.	Facilitação da Dissolução do Casamento	1238
3.9.	Facilitação da Conversão da União Estável em Casamento	1238
3.10.	Planejamento Familiar e Paternidade Responsável	1241
3.11.	Monogamia: Princípio Familiarista?	1243
3.12.	Intervenção Mínima.....	1245

3.13. A Função Social da Família	1247
3.14. Um Novo Código de Processo Civil e o Processo das Famílias.....	1248

CAPÍTULO II

CASAMENTO..... 1251

1. Notas Históricas, Natureza Jurídica e Conceito	1251
1.1. Corrente Publicista.....	1253
1.2. Corrente Privatista	1253
1.2.1. Corrente Contratualista	1253
1.2.2. Corrente Institucionalista	1254
1.2.3. Corrente Mista ou Eclética	1254
1.2.4. Corrente do Ato-Condição	1254
1.2.5. Conclusões	1255
2. Modalidades (espécies) de Casamento	1256
2.1. Modalidades Gerais, Comuns ou Típicas.....	1256
2.1.1. Casamento Civil	1256
2.1.2. Casamento religioso com efeito civil	1256
2.2. Modalidades Especiais, incomuns ou atípicas	1259
2.2.1. Casamento por procuração	1259
2.2.2. Casamento Nuncupativo, <i>in articulo mortis</i> ou <i>in extremis</i>	1260
2.2.3. Casamento com moléstia grave	1261
2.2.4. Casamento celebrado fora do país.....	1261
2.2.4.1. Casamento celebrado fora do país por autoridade brasileira.....	1261
2.2.4.2. Casamento celebrado fora do país por autoridade estrangeira	1262
3. Promessa de casamento ou Esponsais.....	1263
4. Princípios específicos do Casamento.....	1264
4.1. Princípio da comunhão plena de vida.....	1264
4.2. Princípio da monogamia	1265
4.3. Princípio da livre união	1265
5. Finalidade do casamento	1266
6. A Existência do Casamento	1266
7. Da Validade do Casamento. Capacidade para Casar (Capacidade Núbil).....	1268
8. Habilitação para o Casamento	1270
8.1. O incidente da oposição ao pedido de habilitação	1273
8.2. Impedimentos matrimoniais	1273
8.3. Causas suspensivas	1275
9. Celebração do casamento	1276
10. Prova do casamento.....	1277
11. Casamento nulo	1277
12. Casamento anulável.....	1278
13. Plano da eficácia (efeitos do casamento)	1281

13.1. Eficácia Social	1282
13.2. Eficácia Pessoal.....	1283
13.3. Eficácia patrimonial: regime de bens	1285
13.4. Espécies de Regime de bens.....	1292
13.5. Doações antenupciais.....	1301
14. Vênia ou Outorga Conjugal.....	1301
15. Extinção do casamento: até que a morte os separe?	1306
15.1. O Fim da Separação Judicial: Tema 1053, STF	1308
15.2. Divórcio	1309

CAPÍTULO III

DIREITO CONVIVENCIAL..... 1311

1. Recorte Metodológico	1311
2. Concubinato <i>versus</i> União Estável	1311
2.1. O Antigo Concubinato Puro e a Atual União Estável.....	1312
2.1.1. Deveres Pessoais na União Estável.....	1316
2.1.2. Deveres Patrimoniais na União Estável. O Regime de Bens. Contrato de Convivência, Contrato de Namoro e Declaração de União Estável.....	1317
2.2. O Concubinato (Impuro)	1324
2.2.1. A Tutela Jurisdicional das Relações Concubinárias: O que fazer com os concubinatos e as famílias paralelas? Teses Doutrinárias e Jurisprudenciais.....	1324
2.2.2. Novos Rumos à Tutela Jurisdicional das Relações Concubinárias. A União Estável Putativa e o Concubinato Consentido.....	1330

CAPÍTULO IV

PARENTESCO..... 1334

1. O Parentesco sob a Lente da Constituição Federal	1334
2. O Conceito de Parentesco e a Importância do Assunto.....	1336
3. Vínculo Parental: linhas e graus. Modalidades	1338
4. Filiação.....	1342
4.1. Gestação de Útero Alheio.....	1343
4.1.1. O caso “Baby M” – New Jersey (EUA)	1345
4.1.2. A pluriparentalidade ou multiparentalidade: teoria tridimensional da filiação.....	1345
4.2. Sistema de Presunção de Filiação	1346
4.3. Investigação de Paternidade.....	1355
4.3.1. Competência para Processar e Julgar a Ação de Investigação de Paternidade	1357
4.3.2. A questão dos alimentos ante a Investigação de Paternidade.....	1359
4.3.3. O Exame do DNA e a investigação de paternidade.....	1362
4.3.4. O Procedimento Administrativo de Averiguação Oficiosa	1364

4.3.5.	Litisconsórcio passivo facultativo e a <i>Exceptio Plurium Concubentium</i> (Exceção de Múltiplos Relacionamentos). Questões Processuais	1365
4.3.6.	Coisa Julgada na Ação de Investigação de Paternidade	1366
4.4.	O parto anônimo	1369
4.5.	Ação contestatória ou negatória de paternidade	1370
5.	A socioafetividade e a filiação	1372
6.	Reconhecimento de filhos extraconjugais ou extraconvivenciais. Reconhecimento voluntário de filiação. A perfilhação	1375

CAPÍTULO V

ALIMENTOS 1378

1.	Recorte Epistemológico	1378
2.	Os alimentos, a solidariedade familiar e a dignidade humana.....	1378
3.	Sujeitos Obrigados	1380
4.	Conceito, caracteres e natureza jurídica	1382
4.1.	Caráter personalíssimo	1383
4.2.	Irrenunciabilidade	1385
4.3.	Atualidade.....	1387
4.4.	Futuridade ou Irretroatividade	1389
4.5.	A imprescritibilidade.....	1389
4.6.	A intransmissibilidade.....	1391
4.7.	A subsidiariedade	1393
4.8.	Irrepetibilidade.....	1394
4.9.	Incompensabilidade	1395
4.10.	Impenhorabilidade.....	1395
4.11.	Reciprocidade	1396
5.	Obrigação alimentar e dever assistencial alimentar.....	1397
6.	Alimentos na conjugalidade e na união estável: assistência mútua x alimentos. Os alimentos transit�rios e os alimentos compensatórios	1397
6.1.	Alimentos para depois do divórcio	1404
7.	Alimentos entre parentes	1405
8.	Classifica�o dos alimentos.....	1409
8.1.	Quanto à origem.....	1409
8.2.	Quanto � extensão.....	1412
8.3.	Quanto à finalidade	1412
9.	Aspectos processuais sobre alimentos: breves notas	1414

CAPÍTULO VI

PODER FAMILIAR. GUARDA. TUTELA E CURATELA..... 1421

1.	Nota Explicativa	1421
2.	Do Poder Familiar	1421
2.1.	Disposi�es gerais.....	1422

2.2.	O Exercício do Poder Familiar e o seu Conteúdo	1423
2.3.	Do Usufruto Legal e da Administração dos Bens.....	1425
2.4.	A Suspensão e a Extinção do Poder Familiar.....	1426
3.	Guarda.....	1427
4.	Tutela.....	1432
5.	Curatela.....	1439
5.1.	A Tomada da Decisão Apoiada e os Impactos do Estatuto da Pessoa Com Deficiência sobre o Código Civil.....	1446

CAPÍTULO VII

BEM DE FAMÍLIA 1448

1.	Histórico.....	1448
2.	Conceito e Natureza Jurídica.....	1449
3.	O Sistema Dualista Brasileiro.....	1451
3.1.	Bem de Família Legal, Cogente, Involuntário ou Obrigatório.....	1452
3.2.	Bem de Família Convencional, Não Cogente, Voluntário ou Facultativo.....	1461

JURISPRUDÊNCIA EM TESES DO STJ 1465

Tese 200 – Bem de Família II.....	1465
Tese 201 – Bem de Família III.....	1466
Tese 202 – Bem de Família IV.....	1466
Tese 203 – Bem de Família V.....	1467
Tese 204 – Bem de Família VI.....	1468

PARTE IX

PARTE ESPECIAL

SUCESÕES

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO SUCESSÓRIO 1472

1.	O Significado da Expressão Direito Sucessório.....	1472
2.	O Conteúdo do Direito Hereditário.....	1473
3.	Pressupostos do Direito Hereditário.....	1475
4.	O Fundamento do Direito Sucessório.....	1476
5.	Algumas Situações nas Quais os problemas Hereditários serão Resolvidos por normas jurídicas específicas.....	1477
6.	Natureza Jurídica da herança: indivisibilidade da herança e juízo universal.....	1479
7.	As Pessoas Jurídicas de Direito Público e o Direito Hereditário.....	1480
8.	O Pacto de Corvina.....	1481
9.	Princípios Específicos do Direito Hereditário.....	1482
9.1.	Princípio da <i>Saisine</i> ou <i>Droit Saisine</i>	1483

9.2.	Princípio da Coexistência.....	1485
9.3.	Princípio da Intangibilidade da Legítima.....	1486
9.4.	<i>Tempus Regit Actum</i>	1487
10.	Conceitos Fundamentais	1488

CAPÍTULO II

DA SUCESSÃO EM GERAL 1491

1.	Modalidades de sucessão.....	1491
2.	O Juízo Competente para Abertura do Inventário	1492
3.	Capacidade e Legitimação para Suceder.....	1496
4.	Dos Excluídos da Sucessão por Indignidade.....	1499
4.1.	A Necessidade de Sentença Judicial	1501
4.2.	Causas de Exclusão por Indignidade.....	1502
4.3.	Efeitos da Indignidade.....	1503
4.4.	A Reabilitação do Indigno.....	1504
5.	Aceitação ou Adição da Herança.....	1504
5.1.	Modalidades de Aceitação	1505
5.2.	O Conteúdo da Aceitação	1506
6.	Renúncia da Herança	1507
7.	Cessão da Herança ou Cessão de Direitos Hereditários.....	1510
8.	Herança Jacente e Herança Vacante	1512
8.1.	Natureza Jurídica	1513
8.2.	Casos de Jacência	1513
8.3.	O procedimento da Jacência e os Prazos dos Editais	1514
8.4.	A Vacância	1514
8.5.	Natureza Jurídica da Sentença de Vacância	1515

CAPÍTULO III

DA SUCESSÃO LEGÍTIMA..... 1517

1.	Ordem de Vocação Hereditária.....	1517
2.	Sucessão na Descendência	1519
3.	Direito de Representação.....	1520
3.1.	Requisitos do Direito de Representação.....	1522
4.	Os Casos em Que o Cônjuge Concorre com os Descendentes.....	1523
5.	Sucessão dos Ascendentes	1527
6.	Sucessão do Cônjuge	1528
6.1.	O Art. 1.830 e a Separação Há Mais de Dois Anos.....	1529
6.2.	O Direito Real de Habitação.....	1530
6.3.	O Piso Hereditário Mínimo Do Cônjuge Residual.....	1533
7.	Sucessão dos Colaterais.....	1534
8.	O Código Civil e a Sucessão Na União Estável.....	1535

8.1. A Concorrência Sucessória Simultânea do Companheiro e do Cônjuge Sobrevivente.....	1536
8.2. O Direito de Habitação na União Estável.....	1536

CAPÍTULO IV

DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA 1538

1. Do Testamento em Geral.....	1538
1.1. Capacidade Testamentária.....	1540
2. Formas Ordinárias, Comuns ou Vulgares de Testamento.....	1542
2.1. Testamento Público.....	1543
2.2. Testamento Cerrado, secreto ou místico.....	1545
2.3. Testamento Particular ou hológrafo.....	1546
3. Dos Codicilos.....	1547
4. Dos Testamentos Especiais: Formas Especiais de Testamento.....	1548
5. Das Disposições Testamentárias.....	1549
6. Dos Legados.....	1552
6.1. Dos Efeitos do Legado e seu Pagamento.....	1555
6.2. Dos Frutos e dos Juros da Coisa Legada.....	1556
6.3. Do legado de renda ou pensão periódica.....	1556
6.4. Da Caducidade dos Legados.....	1557
7. Do Direito de Acrescer e dos Rateios.....	1558
8. Das Substituições.....	1559
9. Deserção.....	1562
10. Da Redução das Disposições Testamentárias.....	1563
11. Da Revogação do Testamento.....	1564
12. Do Rompimento do Testamento.....	1564
13. Do Testamenteiro.....	1565
14. Dos Sonogados.....	1567
15. Da Colação.....	1569

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 1575